

# CONSULTORIA JURÍDICA

## A importância para empresas e profissionais liberais



**Dr. Paulo Henrique Santos é consultor, advogado (OAB/SP 257.490), e colaborou com este artigo**

Mesmo nos dias atuais, onde o acesso à informação é cada vez mais fácil e imediato, alguns empresários ainda insistem em apenas querer remediar os problemas que porventura venham a surgir no dia a dia de suas atividades. Isso porque ainda há quem entenda que a contratação de um advogado consultivo preventivo se enquadra como sendo um “custo” no seu orçamento, quando, na verdade, deve ser encarado como um “investimento”. Felizmente, essa cultura vem sendo mudada, cada vez mais e em maior intensidade, por diversas razões. A dinâmica do mundo moderno tem gerado novas necessidades, riscos e oportunidades às empresas e profissionais liberais em geral, fazendo com que tenham que

se adequar, diariamente, a novos cenários, sob pena de perderem posicionamento de mercado e, por vezes, amargarem prejuízos. Nesse sentido, as rotinas, as políticas, os controles internos, a gestão de mão-de-obra etc., precisam sempre estar adequadas a essas mudanças de cenário e, principalmente, estar em conformidade com as novas leis, normas, regulamentos, medidas provisórias, além daquelas já existentes. A atuação empresarial em estrita conformidade com as leis e normas que regem as atividades profissionais é um importante diferencial de mercado. Isso porque os possíveis riscos de contratação com tal empresa ou profissional liberal (médicos, engenheiros, arquitetos, jornalistas, contadores, entre outros) acabam sendo, consideravelmente, minimizados, trazendo, com isso, mais segurança jurídica a quem com eles pretenda contratar. Além disso, o acompanhamento de uma advocacia especializada nas rotinas da empresa pode ajudar a prevenir problemas (p.ex., com programa de compliance ou integridade), buscar soluções efetivas (p.ex., por meio de auditoria) e a resolver adequadamente conflitos (p.ex., com negociações e acordos) com colaboradores, fornecedores ou clientes/pacientes (em relações trabalhistas, contratuais ou consumeristas). Importante lembrar que a falha na gestão de problemas da empresa pode, eventualmente, resultar em uma crise reputacional, com possíveis danos à imagem da empresa ou do profissional liberal, como, por exemplo, em caso de referências negativas postadas em mídias sociais (cujo risco de desgaste pode ser reduzido com uma resposta adequada) ou reclamações em sites específicos (mesmo havendo possível direito de resposta), e até ameaçar a continuidade das atividades (a depender da gravidade e extensão do problema). A consultoria jurídica, que pode ser ajustada conforme cada caso, também permite viabilizar à empresa a celebração de novos negócios com maior segurança, por meio da formulação e revisão de contratos e procedimentos alinhados à sua realidade. Em resumo, a consultoria jurídica visa levar ao empresário a tranquilidade necessária para focar no seu core business, com aplicação de medidas de preventivas (de riscos, de reclamações, de prejuízos, de condenações judiciais desfavoráveis), podendo o empresário empenhar o seu tempo na busca dos melhores resultados para o seu negócio. Por isso, é recomendável que o empresário tenha o acompanhamento de uma consultoria jurídica que faça a gestão dos riscos e crises que possam decorrer da atividade empresarial, bem como oriente quanto ao efetivo cumprimento da lei, seja nas relações de trabalho, com fornecedores, com clientes, com o Governo, com proteção de dados pessoais (LGPD), entre outras, para evitar prejuízos financeiros ou à imagem da empresa, os quais podem sair mais caros para remediar.